



REPORTAGEM

Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs

Maristela Girotto

Em 2011, ao preparar as demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras, os profissionais da área devem utilizar o padrão contábil internacional (IFRS, na sigla em inglês), conforme Norma Brasileira de Contabilidade aprovada pela Resolução CFC n.º 1.255/09. A regulamentação tem por finalidade contribuir com o ambiente econômico brasileiro, uma vez que a disponibilização de informações contábeis de alta qualidade é ferramenta importante para o desenvolvimento das PMEs.

O processo de adoção do IFRS para PMEs no Brasil teve início com a publicação da Resolução CFC n.º 1.255, de 10 de dezembro de 2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, com vigência a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

Essa Norma se aplica às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e de médio portes, segmentos compostos por sociedades fechadas e por empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas. Essas demons-

trações destinam-se a usuários externos, incluindo-se, dentre outros, proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais e agências de avaliação de crédito.

No universo brasileiro de aproximadamente seis milhões de empresas – entre micros, pequenas e médias –, as demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS para PMEs objetiva evidenciar de forma transparente informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa dessas entidades. Esses dados são úteis, especialmente, a um amplo número

de usuários que não estão em posição de solicitar relatórios adaptados para atender às suas necessidades particulares de informação.

Diante da relevância das PMEs para a economia brasileira e da abrangência dos impactos da adoção do IFRS no desenvolvimento dos pequenos negócios, a RBC discute o tema sob diferentes perspectivas – do regulador, do financiador, do pequeno empresário, do contabilista e dos educadores que preparam os futuros contadores –, com ponderações quanto aos desafios, às dificuldades e às vantagens do processo em curso.



Norma aprimora e moderniza a contabilidade de PMEs

O processo brasileiro de adoção das normas contábeis fundamentadas no padrão IFRS começou com as grandes companhias, a partir de 1º de janeiro de 2008, com a edição da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e vem sendo implantado gradualmente, inclusive alcançando a contabilidade do setor público. Para incluir todas as entidades do País nessa convergência internacional – o IFRS é um padrão utilizado atualmente por cerca de 140 países –, o Conselho Federal de Contabilidade editou a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Essa Norma tem origem no Pronunciamento Técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que, por sua vez, tem como base o *International Financial Reporting Standard (IFRS) for Small and Medium-sized Entities*

(SMEs), elaborado pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A classificação “pequenas e médias empresas”, adotada na NBC T 19.41, exclui as companhias abertas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); as sociedades de grande porte, como definido na Lei n.º 11.638/07; e as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e aquelas cuja prática contábil é ditada por órgão regulador específico.

Versão simplificada dos IFRS emitidos pelo IASB, a Norma visa facilitar a adoção e o entendimento dos profissionais contábeis que atuam em micros, pequenas e médias empresas. Estima-se que essas

entidades representem, atualmente, 99% das empresas brasileiras.

Para o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro, essa regulamentação, no âmbito da contabilidade das PMEs, será bastante benéfica para o ambiente econômico brasileiro, podendo, inclusive, ajudar na redução da taxa de mortalidade dessas



Juarez Domingues Carneiro

Rogson Sescio

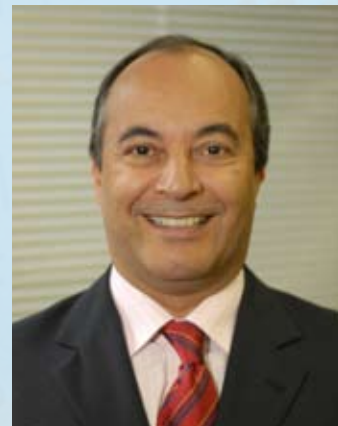
Ibracon realiza a tradução

A tradução para o português do IFRS for SMEs foi feita pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) por solicitação do IASB.

O coordenador do Ibracon para o projeto de tradução da Norma, José Luiz Ribeiro de Carvalho, explica que o trabalho teve início, em meados de 2010, a partir do depositário de termos e expressões utilizados anteriormente na versão para o português do livro de Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, publicado pelo IASB.

“Desde 2008, o Ibracon traduz as edições anuais do IASB e, conseqüentemente, vem acumulando um vocabulário de termos e expressões, o que facilitou muito o processo de tradução dos três livros relativos ao IFRS para Pequenas e Médias Empresas”, afirma Carvalho, ressaltando que se trata de um trabalho voluntário de associados do Ibracon, todos com grande expertise na área.

O coordenador do projeto de tradução cita que os três livros que compõem o “IFRS para Pequenas e Médias Empresas”, podem ser obtidos gratuitamente, em formato eletrônico, no site do IASB: <http://www.ifrs.org/IFRS+for+SMEs/IFRS+for+SMEs+and+related+material.htm#pt>



José Luiz Ribeiro de Carvalho

Damilo Tanaka

empresas. “O padrão IFRS possibilita maior transparência às informações e ajuda na gestão dos negócios”, argumenta o contador.

Por iniciativa do Sistema CFC/CRCs – que reúne os Conselhos Federal e os 27 Conselhos Regionais –, a NBC T 19.41 vem sendo tema de treinamentos destinados aos profissionais da Contabilidade. Os seminários regionais começaram em 2010 e continuam



este ano, com a meta de chegar a todos os Estados.

Juarez Carneiro ressalta a necessidade de os profissionais da Contabilidade estarem devidamente qualificados para elaborar as demonstrações contábeis de acordo com a Norma. “Num primeiro momento, o compromisso de adesão ao IFRS estava voltado às grandes empresas, mas, a partir de agora, também estamos rea-

lizando esforços para implementar a convergência relacionada às micros, pequenas e médias empresas”.

Em relação à exigência da adoção da NBC T 19.41 na contabilidade das PMEs, o presidente do CFC lembra que o Código Civil Brasileiro estabelece que todas as empresas são obrigadas a manter a Contabilidade conforme os princípios de Contabilidade regularmente estabelecidos. Por força da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, regular acerca dos princípios de Contabilidade é uma das atribuições do Conselho Federal de Contabilidade.



Regulador internacional analisa a adoção da Norma

O Brasil vem se destacando no cenário internacional quanto à implementação das normas contábeis expedidas pelo IASB, processo no qual se encontram atualmente mais de 130 países, com destaque para os da União Europeia. Na opinião de Amaro Luiz de Oliveira Gomes, único brasileiro entre os 15 membros da Diretoria do IASB, o País está apresentando particular agilidade na adoção da IFRS para PMEs, trabalho que envolveu inicialmente a tradução do conteúdo para o português (veja na página 8), audiência pública de minuta elaborada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e posterior aprovação pelo CPC e pelo CFC.

“Consciente da importância da Norma para



o ambiente empresarial brasileiro, o CFC organizou um extenso programa de divulgação, iniciado em parceria com o BNDES, em agosto de 2010, e que vem sendo desenvolvido em seminários regionais”, ressalta Gomes, que realiza palestras em alguns desses eventos, ministrados pelo professor Ricardo Lopes Cardoso (leia entrevista na página 20).

O diretor do IASB acredita que a transição da contabilidade das PMEs brasileiras para o IFRS será tranquila, mas ressalva que existirão desafios a serem superados, fato que, em sua avaliação, trará resultados benéficos à profissão. Segundo ele, os contadores que vêm participando dos seminá-

rios regionais estão demonstrando grande interesse e rápida assimilação dos conceitos introduzidos pela Norma – como, por exemplo, valor justo e *impairment*.

Em relação aos impactos que a adoção da Norma deverá causar no ambiente de negócios das PMEs brasileiras, o diretor do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade garante que eles serão positivos. “O uso do IFRS para PMEs potencializa a atração de capitais e



Amaro Gomes

Robson Sescio

investimentos por utilizar linguagem comum e permitir a comparação de informações contábeis de maneira ágil”, afirma.

Gomes lembra que os usuários de informações contábeis de PMEs, como proprietários não envolvidos diretamente com os negócios diários, credores (existentes e potenciais) e fornecedores, têm interesses específicos e estão usualmente focados na liquidez, solvência e



Ricardo Rodil

capacidade de geração de caixa em curto e médio prazos.

“O IFRS para PMEs é simplificado, mas captura todas as exigências das IFRS completas. Com a adoção dessa Norma no Brasil, e sendo as PMEs parte relevante do nosso ambiente empresarial, a disponibilização de informações contábeis de

alta qualidade será ferramenta importante para o desenvolvimento dessas organizações”, avalia o diretor do Iasb.

Implementation Group

Em meados de 2010, o Iasb formou um grupo, integrado por 20 profissionais de vários países, com a finalidade de constituir uma força-tarefa para auxiliar na implantação das novas práticas, especificamente nas pequenas e médias empresas. O grupo, chamado de SMEIG (do nome em inglês *Small and Medium-Sized Entities Implementation Group*) conta com a participação dos contadores brasileiros Artêmio Bertholini e Ricardo Julio Rodil.

“O Iasb está ciente de que a adoção dos IFRS, em geral, deve apresentar desafios e dúvidas nas empresas de todos os tamanhos. Porém, há uma preocupação especial com as pequenas e médias empresas”, afirma Ricardo Rodil, explicando que essa atenção se deve ao

fato de as PMEs, normalmente, não terem pessoal suficiente ou treinado para uma efetiva adoção das novas práticas contábeis internacionais.

O SMEIG é coordenado por Paul Pacter, considerado o “pai” do *IFRS for SMEs*. O Iasb recolhe as dúvidas e sugestões enviadas por profissionais e empresários ao redor do mundo e as encaminha à equipe técnica do próprio Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade. “Os técnicos do Iasb analisam as questões e as remete aos membros do Grupo, propondo, ou não, a emissão de um documento de esclarecimentos sob a forma de ‘Perguntas e Respostas’. É importante ressaltar que esses documentos, que serão depois emitidos oficialmente pelo Iasb, não se constituem normas, mas, sim, orientações”, explica Rodil. O conteúdo desses documentos não se sobrepõe às normas.

Até o momento, de acordo com o contador brasileiro, seis temas já foram abordados pelos membros do SMEIG, que se manifestaram sobre: (i) se há necessidade, ou não, de preparar um documento de Per-



guntas e Respostas (P&R) ou se a norma é suficientemente clara e a dúvida ou comentário pode ser solucionado a partir da norma em si; e (ii) em caso de a emissão de P&R ser considerada necessária, qual seria o conteúdo técnico dos lineamentos oferecidos ao pessoal encarregado de implantar essas práticas nas empresas.

Para Rodil, neste momento em que inúmeras empresas do Brasil estão adotando essas normas – a

partir da NBC T 19.41, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2009, com aplicação para o exercício de 2010 –, é importante que os administradores e contadores de PMEs e as empresas de serviços contábeis que atendem a essas empresas se conscientizem de que há uma importante fonte de esclarecimento de dúvidas. O grupo do Iasb, segundo o brasileiro, também pode ser encarado como porta-voz das PMEs no encaminhamento de sugestões que

possam vir a aperfeiçoar esse conjunto de normas que compõem o IFRS para PMEs.

O contador defende que as pequenas e médias empresas brasileiras que escolherem seguir os lineamentos das práticas estabelecidas na NBC T 19.41 estarão, necessariamente, em vantagem competitiva em relação àquelas que não adotarem, porque, para as primeiras, será mais fácil conseguir financiamentos com spread mais baixo – em última instância, captação de capital mais barato –, será facilitada a negociação de entrada de novos acionistas ou quotistas e, entre outras vantagens, terão suas demonstrações contábeis mais facilmente inteligíveis por investidores estrangeiros.

À exceção das empresas reguladas ou enquadradas entre aquelas que a Lei n.º 11.638/07 chama de “empresas ou grupos de grande porte”, as quais estão obrigadas a aplicar o conjunto completo de IFRS, o restante das companhias brasileiras apresenta características de natureza, modo gerencial e tamanho que conformam uma ampla gama de entidades. Dentro desse conjunto, segundo Rodil, há empresas que, por seu tamanho, necessidade de informação a partes externas à administração ou determinação estratégica, vão optar por seguir a NBC T 19.41.

“Só para dar um exemplo: uma PME cuja administração esteja planejando, dentro da sua estratégia de negócios, procurar algum parceiro no exterior, seja para *joint-venture*, para aportar capital ou para estabelecer algum tipo de negócio, terá a



Iasb leva cinco anos para aprovar IFRS for SMEs

O *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs)* foi publicado pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb) em 9 de julho de 2009, após cinco anos de desenvolvimento.

Segundo o diretor do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb, na sigla em inglês) Amaro Luiz de Oliveira Gomes, este pronunciamento foi criado com o objetivo de consolidar as normas contábeis aplicáveis a entidades de pequeno e médio portes – que não tenham títulos e valores mobiliários negociados publicamente e que não sejam intermediários financeiros (bancos e cooperativas de crédito, por exemplo).

A estimativa do Iasb é que essas organizações representem, aproximadamente, 95% das companhias nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

“As discussões para o desenvolvimento do *IFRS for SMEs* tiveram início em julho de 2003, sendo que o primeiro *Discussion Paper (DP)* foi publicado em junho de 2004. A partir daí, houve um intenso processo de deliberação envolvendo questionários com pautas específicas. Em abril de 2005, por exemplo, foi elaborado questionário para explorar alternativas para reconhecimento de receitas”. Ainda, segundo Amaro Gomes, também houve, em vários países, mesas-redondas, seminários, reuniões e outras ações, culminando com a divulgação de uma nova minuta de pronunciamento em fevereiro de 2007. Nesse mesmo ano, em junho, a proposta foi testada por 116 pequenas empresas de vinte países.

Ao final do período de audiência pública, em novembro de 2007, o Iasb tinha recebido 162 cartas com comentários sobre a proposta. As deliberações do Comitê se estenderam até abril de 2009, e a decisão final foi tomada na reunião de junho daquele ano.

“Foi um longo e democrático processo de discussão e deliberação, característico do desenvolvimento de normas contábeis no âmbito do Iasb”, relata Amaro Gomes.

ação facilitada se apresentar ao potencial parceiro, sócio ou financiador um jogo de demonstrações contábeis preparado em IFRS e auditado com base em normas internacionais. Nesse caso, o potencial parceiro vai ler demonstrações contábeis inteligíveis, que ele entende, e vai saber que as demonstrações foram

auditadas com base em normas que lhe são familiares. A possibilidade de o negócio se concretizar se ampliam significativamente”, explica o membro do *Implementation Group* do *IASB*.

Já em relação à adoção da norma por microempresas, o contador acredita que haverá um

contingente menor do que em relação às pequenas e médias. “Suas necessidades de financiamento são supridas, usualmente, dentro do grupo familiar ou do relacionamento pessoal; de outro lado, as normas contábeis não têm incidência na determinação de efeitos tributários”, opina.

Entrevista:

Pedro Malan, curador da *IFRS Foundation*



Pedro Malan

Robson SESCO

Organização independente e sem fins lucrativos, a Fundação IFRS promove o trabalho do *International Accounting Standards Board* (*IASB*) e a aplicação rigorosa das normas IFRS. Com mandato até 2013, o economista Pedro Malan - ex-ministro da Fazenda (1995-2002) e atual presidente do Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco Holding S.A. - é o curador que representa a América do Sul na Fundação IFRS. A seguir, ele fala a respeito do IFRS para PMEs:

RBC - Por que os curadores resolveram solicitar ao Board do IASB a elaboração do IFRS for SMEs?

Pedro Malan - Os *trustees* da *IFRS Foundation* vêm, há anos, dando apoio integral ao desenvolvimento e à adoção de um padrão global de demonstrações financeiras para pequenas e médias empresas, consistente com o IFRS para empresas de maior porte. A simplificação é expressiva: por exemplo, em números de páginas, o IFRS para PMEs tem menos de 300 páginas, enquanto o IFRS geral tem quase três mil. Para quem acha que isso é muita coisa, vale lembrar que o USGAAP dos norte-americanos tem cerca de 20 mil páginas. A simplificação relativa e o foco nos princípios básicos são de interesse de todos.

RBC - Qual a relevância de as PMEs elaborarem demonstrações contábeis de acordo com o IFRS para PMEs?

Malan - A relevância é que a adoção de um padrão de demonstrações financeiras comum, transparente, de alta qualidade e que permita comparações entre empresas é absolutamente fundamental para que elas tenham melhor acesso ao mercado de capitais e de instrumentos de dívida; possam pensar em futuras associações; e atrair investidores estratégicos ou se tornarem empresas listadas em bolsa, ampliando sua base de acionistas. Ainda, eventualmente, possam participar como polos ativos de processos de consolidação em seus respectivos setores.

RBC - Como um dos mais respeitados economistas brasileiros, qual a expectativa do sr. quanto aos impactos da adoção do IFRS para PMEs no Brasil?

Malan - Nada acontecerá da noite para o dia. Será um processo gradual, que se desdobrará no tempo. Mas o impacto poderá ser significativo, por razões expostas na resposta à pergunta anterior, à medida que um número crescente de empresas vá adotando o IFRS para PMEs, e outras forem percebendo que é de seu interesse fazê-lo. O apoio do BNDES à adoção do IFRS para PMEs é fundamental neste processo. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, tem sido enfático, de público, expressando seu apoio e da instituição que preside a esta iniciativa.



O IFRS e a concessão de crédito para PMEs

Além dos gestores das PMEs, que terão em mão informações de melhor qualidade, as quais poderão se reverter em decisões mais acertadas a respeito do futuro da empresa, as instituições brasileiras da área de concessão de crédito também têm a ganhar com a adoção do IFRS para pequenas e médias empresas.



Vânia Borgerth

Para a chefe do Departamento de Contabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Vânia Maria da Costa Borgerth, o IFRS para PMEs terá um papel fundamental na redução do custo de captação, uma vez que, em geral, a incerteza é sinônimo de risco, o que acaba por impactar negativamente no custo de empréstimos atribuído a essa categoria de empresas. “Sob o ponto de vista da concessão de crédito, as demonstrações contábeis em IFRS ajudarão a reduzir a informalidade e a incerteza quanto à posição financeira das pequenas e médias empresas”, afirma.

Vânia analisa que isso deverá ocorrer porque a informação preparada com base no IFRS é mais ampla e transparente, permitindo ao analista de crédito ter uma visão mais

abrangente e confiável sobre o negócio da empresa e sobre os possíveis impactos do projeto a ser financiado. “Quando o risco é conhecido, ele pode ser mais facilmente compensado. Por outro lado, quando há incerteza, os agentes financeiros costumam cobrar um *spread* a mais para cobrir algum tipo de eventualidade ainda não percebida”.

No entanto, a chefe de Contabilidade do BNDES reconhece que ainda há muito a ser feito, no Brasil, para se difundir o conhecimento sobre o IFRS para PMEs. Segundo Vânia, esse é um desafio ainda maior do que o trabalho de preparar a migração das companhias abertas e das instituições financeiras

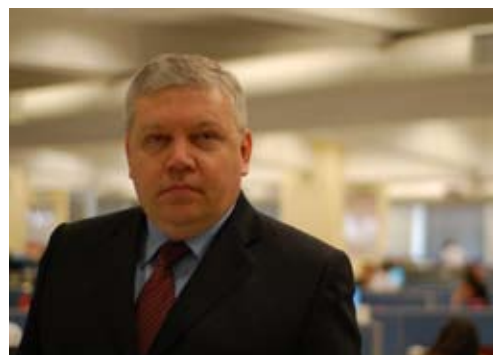
para o chamado ‘full IFRS’ – uma versão mais complexa do que a aplicável para as PMEs –, “porque muitos pequenos empresários, empresas de serviços contábeis e instituições de ensino, entre outros, que estão fora dos grandes centros, sequer ouviram falar em IFRS, muito menos em uma versão dedicada a PMEs”.

Setor bancário

O diretor setorial de Assuntos Contábeis da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Daniel Liberatti, também considera de extrema importância a adoção do IFRS na elaboração das demonstrações financeiras das PMEs. “Isso vai possibilitar às pequenas e

médias empresas compreenderem mais adequadamente sua situação econômico-financeira, propiciando maior segurança na comparabilidade das demonstrações contábeis das empresas de um ano para outro, entre organizações do mesmo mercado ou até entre as de mercados diferentes”, diz, acrescentando que, quando uma PME adota o modelo IFRS, significa que está utilizando normas conhecidas, confiáveis e transparentes.

Quanto aos impactos esperados pelo setor bancário, em relação ao processo de análise e avaliação de crédito das pequenas e médias empresas, Liberatti afirma que, primeiramente, é preciso que os profissionais envolvidos no processo decisório de crédito estejam preparados para compreender e analisar demonstrações contábeis elaboradas conforme o padrão internacional. A partir daí, segundo o diretor da Febraban, o acesso ao crédito pelas PMEs poderá melhorar, uma vez que o processo de análise e concessão ocorrerá de modo mais confiável, resultando, para o



Daniel Liberatti

setor bancário brasileiro, em uma possível diminuição de *impairment* dessas operações.

A Febraban faz parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), como entidade convidada, desde 2009, por representar relevantes usuários das demonstrações contábeis, e vem participando ativamente das reuniões, embora sem direito a voto. O diretor da entidade lembra que o Banco Central do Brasil foi o primeiro regulador brasileiro a exigir demonstrações contábeis consolidadas no padrão internacional, o que ocorreu em 2006.

“As regras emanadas do regulador determinam a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, utilizando as normas do IASB, traduzidas para o português pelo Ibracon, e, adicionalmente, continuam exigindo demonstrações contábeis individuais no padrão Cosif (normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central), as quais servem de base para o pagamento de remunerações a empregados, impostos aos governos das três esferas e dividendos aos acionistas”, afirma Liberati. Ainda segundo ele, até o final de 2010, o Banco Central aprovou quatro pronunciamentos emitidos pelo CPC: *Impairment*; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Divulgação de Partes Relacionadas; e Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Regulação e convergência

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), em princípio, as

regras específicas para as PMEs não são de aplicação direta por parte de entidades que fazem intermediação financeira, e o próprio *International Accounting Standards Board* (IASB) exclui do escopo de aplicação dessas regras simplificadas as instituições financeiras e ou-



tros tipos de empresas, a exemplo das sociedades anônimas de capital aberto, que possuam o chamado *Public Accountability*.

Dessa forma, como não existe norma do BCB sobre o tema, cabe às instituições contábeis elegerem as melhores fontes de informações para a avaliação do risco das operações. Nesse contexto, o Banco Central brasileiro destaca que a análise de demonstrações financeiras constitui uma parcela dos fatores que devem ser considerados, existindo outros dados relevantes, como situação cadastral, setor de atividade econômica, garantia, natureza e finalidade do crédito e valor do financiamento.

As ações do BCB para a convergência contábil ao padrão IFRS

vêm sendo desenvolvidas desde 2006, quando houve a edição do Comunicado n.º 14.259, que divulgou o compromisso da Diretoria Colegiada do Banco Central com esse processo. Conforme o BCB, o marco regulatório da convergência foi a edição da Resolução n.º 3.786, de 24 de setembro de 2009, a qual determinou que as instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil a funcionar – constituídas sob a forma de companhias abertas ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria –, devem, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão IFRS.

Ainda de acordo com informações do Banco Central, as próximas ações normativas que serão realizadas dizem respeito à redução gradual das assimetrias entre as demonstrações contábeis individuais, que ainda não incorporam totalmente as normas internacionais (IFRS), com a demonstração consolidada.

Além da vertente de regulação, o Banco Central faz questão de ressaltar que, por meio da participação em diversos fóruns, a instituição vem atuando ativamente no processo de divulgação das normas internacionais de contabilidade e da importância da convergência para o sistema financeiro, em particular, e para a economia brasileira, em geral.



Adoção traz desafios e oportunidades aos contabilistas

O Brasil possui quase meio milhão de contabilistas registrados nos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (havia 495.584 em 31 de dezembro de 2010). Para essa categoria profissional, a convergência das normas contábeis ao padrão IFRS, especialmente no caso das PMEs, significa uma ampla mudança no trabalho a ser executado. Essa avaliação é consenso entre os contadores ouvidos pela RBC – Paulo Schnorr, Pedro Coelho Neto e Laiz Teixeira Pontes. Eles concordam também que a ampliação da utilidade das demonstrações contábeis é um dos pontos principais da norma que introduz o modelo IFRS na contabilidade das PMEs brasileiras.

“Vamos finalmente poder dizer aos usuários da informação contábil a realidade econômica e financeira de nosso cliente”, comemora o contador Paulo Schnorr, do Rio Grande do Sul. Para ele, a utilização da Norma traz ainda outra vantagem aos contabilistas: “Não teremos de nos ater simplesmente aos aspectos fiscais, mas, sim, poderemos proporcionar informações relevantes e traduzir nosso trabalho em informações realmente úteis. Para nós, é um avanço significativo em nossa imagem perante a sociedade”.

O contador Pedro Coelho Neto, diretor de organização contábil do

Ceará, avalia que o mérito do IFRS é fazer com que as demonstrações contábeis sejam mais úteis como instrumento gerencial. “Nesse aspecto, reforçadas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) Fiscal e Contábil, as IFRS chegam em boa hora. Há muito tempo a classe contábil, consciente da real finalidade da Ciência Contábil, lutava para separar a contabilidade fiscal da empresarial, e está aí a grande oportunidade”, afirma.

Atuando no Espírito Santo, a contadora Laiz Teixeira Pontes considera que adotar o IFRS é essencial para o contador que procura oferecer o melhor serviço para seu cliente – seja ele de pequeno, médio ou grande porte. “A mudança nas normas contábeis visa gerar demonstrações contábeis mais relevantes e, portanto, mais úteis para auxiliar os usuários na tomada de decisões”, argumenta.

Desafios

Laiz Pontes concorda, no entanto, que o processo de adoção não será fácil. “Inserir mudanças em um ambiente empresarial nunca é fácil, principalmente quando se trata de uma inovação tão grande, porque o modelo IFRS traz não apenas novas regras, mas uma nova forma de pensar na Contabilidade”. Diante desse desafio, ela recomenda que os profissionais pensem duas vezes antes de usar a “receita de bolo” que usavam antes e se questionem: “Será que, de fato, este procedimento representa a realidade de meu cliente? O contrato de *leasing* do clien-



Laiz Pontes

Divulgação

te se enquadra como financeiro ou operacional? Esta propriedade que meu cliente comprou é para investimento ou uso nas operações?”.

Ainda se referindo às dificuldades do processo em curso, a contadora afirma que esse tipo de mudança gera custos adicionais para as empresas que prestam serviços contábeis. Segundo ela, esses custos vão desde a adaptação de plano de contas e sistema utilizado a gastos com treinamento. Além disso, Laiz acrescenta que o tempo gasto para fazer a contabilidade de cada cliente irá aumentar, demandando mais pessoal. “É importante lembrar, é claro, que esses custos adicionais trarão benefícios futuros”, pondera.

Outro grande desafio, na avaliação da contadora do Espírito Santo, “é buscar o entendimento do pequeno empresário, que com a adoção das novas normas deve fornecer mais informações ao seu contador. A relação cliente-contador deve ser intensificada”.

Paulo Schnorr é da mesma opinião. “O maior desafio tem sido obter do empresário o relatório contendo os julgamentos feitos por ele sobre o Valor Justo, a Vida Útil e o Valor



Pedro Coelho

Divulgação

Residual do Imobilizado. Também tem sido difícil a aplicação do teste de recuperabilidade do ativo, tendo em vista a falta de ferramentas de mensuração, que precisam ser desenvolvidas”, explica o contador gaúcho. Ele cita ainda que alguns pequenos empresários desconhecem as vantagens da adoção da Norma e, por isso, estão reticentes em adotá-la.

Pedro Coelho Neto também menciona a relação cliente-contador como um desafio do processo de implementação do IFRS para PMEs. “O mais complicado é convencer a administração das pequenas e médias empresas da necessidade de avaliação dos bens e determinação da vida útil quando da implantação da norma”, diz o contador cearense. Ele ressalta, no entanto, que na maioria das PMEs que têm seus serviços contábeis terceirizados, principalmente as empresas comerciais e as de serviços, a implantação das normas internacionais, nos moldes da Resolução CFC n.º 1.255/09, dependem exclusivamente dos profissionais responsáveis pela contabilidade dessas empresas, “até porque são poucas as mudanças dependendo da atividade e das operações geradas”.

Oportunidades

Em relação às oportunidades que esse processo está trazendo para os escritórios de contabilidade, Pedro Coelho acredita que, por enquanto, são poucas, porque dificilmente as empresas de contabilidade conseguem repassar para seus clientes os custos decorrentes de novas exigências legais. “De qualquer forma, vê-se uma chance de se separar o joio do trigo, pois ainda existem profissionais que preferem não investir na atualização, pondo em risco os seus clientes. Daí a importância de se dar a maior divulgação possível, principalmente no âmbito empresarial, das novas exigências, para que os empresários possam avaliar a qualidade

dos serviços recebidos”, defende o contador cearense.

Já Paulo Schnorr considera a maior interlocução com os empresários uma oportunidade para os contabilistas. Segundo ele, como é necessário o julgamento do empresário sobre questões como riscos, perdas, provisões e outras questões relativas ao futuro da empresa, tem havido um diálogo muito mais próximo entre os contabilistas e os seus clientes. “Precisamos estar ao lado do gestor da empresa para que ele



Paulo Schnorr

passar a nos abastecer de informações que antes não buscávamos”.

O aumento do prestígio da classe contábil, na opinião de Laiz Pontes, é a maior oportunidade que o processo em curso está trazendo aos contabilistas, uma vez que a implementação do padrão IFRS aumenta o grau de subjetividade na realização da contabilidade e, principalmente, promove a divisão da contabilidade para fins fiscais da contabilidade para fins gerenciais. A contadora acredita que essas mudanças farão com que os pequenos empresários brasileiros compreendam melhor a importância da contabilidade em suas empresas como ferramenta gerencial, valorizando mais seus contadores. “Contudo, este tipo de reconhecimento não será imediato”, afirma.

Preparação

O primeiro passo, analisado como imprescindível pelos entre-

vistados, é a preparação dos contabilistas brasileiros para elaborar devidamente as demonstrações contábeis das PMEs de acordo com a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

“A formação acadêmica da grande maioria dos contadores não dá base suficiente para o entendimento completo de seções da norma que requerem um conhecimento mínimo de matemática financeira e economia, como, por exemplo, as seções 11 e 12 de Instrumentos Financeiros e a seção 16 – Propriedade para Investimento”, explica Laiz Pontes, para quem a solução é investir em treinamento.

Paulo Schnorr concorda que a maioria dos profissionais não está preparada. “Há muita resistência por parte dos colegas, especialmente porque estávamos acostumados com as regras fiscais e não tínhamos necessidade de interagir com nosso cliente. Penso que precisamos sair da ‘zona de conforto’ e isto não é bem aceito”, diz. No entanto, o contador gaúcho acredita em uma mudança neste quadro em breve: “O mercado passará a exigir uma qualidade maior nas demonstrações contábeis e aqueles que não estiverem preparados terão de buscar a qualificação sob pena de perder clientes”.

Pedro Coelho Neto também afirma que há muitos contadores que se mantêm alheios às mudanças “e outros que teimam em não querer fazer contabilidade, limitando-se a preencher guias de recolhimento de impostos”. Para ele, esses profissionais correm um grande risco de, paulatinamente, saírem do mercado. Por isso, o contador defende a participação dos profissionais nos eventos de divulgação das Normas IFRS que têm sido promovidos pelas entidades de classe, principalmente pelos Conselhos Federal (CFC) e Regionais de Contabilidade (CRCs) e pelos Sescaps/Sescons.



IFRS para PMEs: por que adotar?

Qual a importância de informações contábeis confiáveis para a gestão das PMEs brasileiras? Respondendo a essa questão, o diretor Técnico do Sebrae Nacional, Carlos Alberto dos Santos, afirma que as empresas brasileiras estão percebendo, cada vez mais, a importância de informações contábeis qualificadas para assegurar maior seriedade e confiança nas suas relações com os mercados, buscando melhoria da gestão e da formação de preços. “Independentemente do porte, as empresas fazem a contabilidade fiscal, destinada ao governo, principalmente, estadual; e a contabilidade gerencial, para ela própria. O Brasil deve caminhar



Carlos Alberto dos Santos

Bernardo Rebello

para uma contabilidade fiscal mais simplificada e outra, gerencial, mais apurada”, defende.

Apesar do fato de 70% das empresas brasileiras serem optantes

pelo Simples Nacional e parte delas adotarem padrões simplificados, o diretor do Sebrae avalia que as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) atendem principalmente às empresas com participação no mercado internacional, as que querem interagir com empresas globais e aquelas com capital em bolsa. No entanto, segundo Santos, com o fenômeno da globalização dos mercados de produtos, serviços e capitais, o estabelecimento de padrões internacionais facilita a avaliação e a comparação, em especial, por investidores. “Esses padrões contribuem para alterar a forma como a empresa percebe o seu próprio desempenho e facilitam uma percepção mais objetiva desse desem-

Pequena empresa do RS adota norma

“Optamos por nos adequar ao IFRS para termos controle do valor de mercado de estoques, dos custos e do patrimônio. Adotamos agora, pois entendemos que as demonstrações contábeis são mais confiáveis e traduzem com maior fidelidade o que realmente nossa empresa possui, em valores atualizados. Além disso, com a nova sistemática, nossa empresa passa a ter acesso a mais fontes de referência, em termos gerais, e não só para uso interno”. A afirmação é de Marilisa Muller, sócia da Ernesto Muller Indústria de Telas Ltda., uma empresa familiar de pequeno porte, que atua há 50 anos no Rio Grande do Sul.

A empresária relata que o processo de implantação está sendo trabalhoso, uma vez que a empresa tem cinco décadas e muitas máquinas e equipamentos precisam ser bem avaliados. “Vários itens que fazem parte do nosso imobilizado estão em desuso, e este é o momento de retirá-los da relação, só isto já está valendo o trabalho”, diz Marilisa, acrescentando que o custo de adoção, para a empresa, está sendo de algumas horas extras.

Em relação aos riscos identificados até o momento, a empresária gaúcha garante que ainda não se deparou com nenhum. Por outro lado, ela cita os benefícios esperados do processo: “A possibilidade de melhor controle administrativo e, a partir daí, tornar as decisões mais fáceis”.

Metalúrgica fabricante de telas para peneiras e filtros, a Ernesto Muller Indústria de Telas Ltda. possui dois funcionários e três sócios que trabalham. Em 2010, seu faturamento foi da ordem de 470 mil reais. “Queremos ficar preparados para crescer e sair do Sistema Simples a qualquer tempo”, afirma a sócia.



Marilisa Müller

Divulgação

penho pelo mercado. É importante também que a contabilidade esteja associada à gestão dessas empresas para que possam assegurar ganhos de competitividade”, afirma.

Nesse processo de adoção da norma que introduz o IFRS na contabilidade das PMEs, o diretor entende que, ao Sebrae, junto com a classe contábil, cabe disseminar a informação, orientar inclusive quanto aos benefícios e apoiar a adoção dessa norma pelas empresas interessadas.

Cenário nacional

“As micros e pequenas empresas são maioria no tecido econômico e reagem favoravelmente

ao momento de prosperidade do Brasil. Há mais consumo por causa da inclusão de novos segmentos da população, especialmente as classes C e D. Com isso, a atividade econômica cresce, gerando mais empregos; e as micros e pequenas empresas respondem por 53% dos postos de trabalho com carteira assinada no País. Em consequência, há mais consumo, que ativa o processo produtivo, ocasionando a geração de novos empregos e, assim, sucessivamente, desenhando um ciclo virtuoso em que os pequenos negócios têm papel expressivo por ser maioria”, analisa o diretor do Sebrae.

Ao prever o cenário para o ambiente de negócios das micros

e pequenas empresas brasileiras para os próximos anos, Santos apresenta uma avaliação otimista, principalmente em função dos grandes eventos, com destaque para a Copa do Mundo do 2014: “O Sebrae já identificou nove setores com oportunidades para as empresas de pequeno porte: construção civil, tecnologia da informação e comunicação, turismo, produção associação, agronegócio, madeira e móveis, têxtil e confecção, comércio varejista e serviços. Em todos eles, a perspectiva é de melhoria e de novos negócios relacionados a infraestrutura, mobilidade urbana e economia de serviços”.



Pesquisa e disseminação do conhecimento do padrão IFRS

As escolas de Contabilidade, em geral, necessitam sempre disseminar qualquer conhecimento novo que surja na área, para que os futuros profissionais estejam realmente preparados para o mercado de trabalho. Essa regra não pode ser ignorada, segundo o professor Valcemiro Nossa, coordenador pedagógico da graduação e coordenador-adjunto da pós-graduação em Ciências Contábeis da Fucape Business School, de Vitória (ES), quando

se trata da NBC T 19.41, em especial, porque a maioria das empresas do Brasil é formada por PMEs e grande parte dos profissionais de Contabilidade acaba atuando nessas organizações, diretamente ou por meio de suas organizações contábeis.

“A disseminação dessa norma é muito relevante, principalmente porque a contabilidade feita para as pequenas e médias empresas sempre esteve um pouco fragilizada, pela falta de visão útil para a contabilidade, por parte dos pequenos empresários, e também pela ausência de dedicação e compromisso de muitos contadores”, afirma o professor.

Ele acredita que, em geral, os cursos de Ciências Contábeis precisavam – “se ainda não o fizeram” – de adequação

de maior parte das ementas de disciplinas ligadas à Contabilidade. Isso decorre, segundo Valcemiro Nossa, da necessidade de adequação dos conteúdos relacionados aos pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade.

Em relação ao impacto do IFRS para PMEs na tendência de pesquisa em contabilidade financeira, o professor considera que é natural que o foco da pesquisa comece a se voltar para esse aspecto. “É claro que, inicialmente, podemos ter mais uma pesquisa exploratória, especulativa, mas que, com o passar dos anos, vai se formando massa crítica que permite o desenvolvimento de pesquisas mais robustas e com resultados mais confiáveis”, Valcemiro Nossa.

Para o professor José Francisco Ribeiro Filho, coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Per-



Valcemiro Nossa

Acácio Pinheiro



nambuco (UFPE) e coordenador do Comitê de Política Editorial e editor da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), a pesquisa em contabilidade financeira depende, muitas vezes, de bancos de dados disponíveis, confiáveis e atualizados, a exemplo das demonstrações contábeis das empresas. A partir dessas demonstrações, segundo ele, é possível analisar comportamentos das variáveis (métricas contábeis), testar hipóteses e projetar comportamentos dessas variáveis para o futuro. “No Brasil, dispomos quase que exclusivamente de demonstrações das companhias abertas, que publicam os seus demonstrativos contábeis. Isto é, a pesquisa contábil alcança, apenas, a minoria das empresas no Brasil, se consideramos todo o universo das companhias”, explica.

Francisco Ribeiro argumenta que, na verdade, os dados contábeis ainda são muito restritos, quando considerado o potencial de vantagens, tanto para a academia (pesquisa) quanto para as próprias empresas, que poderiam sempre se beneficiar das análises e estudos base-

ados em dados reais. Ainda de acordo com o professor, muitas vezes, as tipologias mais utilizadas estão baseadas em estudos qualitativos e estudos de casos, que, mesmo com sua importância, não permitem inferências mais amplas, apenas obtidas a partir da análise de um conjunto mais amplo de dados.

“Quando focamos nas PMEs do Brasil, o acesso mais amplo aos seus dados contábeis é bastante difícil. A cultura é de que as pequenas e médias empresas ‘não precisam de contabilidade’, um absurdo, por certo, mas que tem impactado negativamente no acesso às demonstrações contábeis deste conjunto importantíssimo de empresas brasileiras”, afirma.

O professor apresenta um questionamento: “A convergência às normas internacionais no âmbito também das médias e pequenas empresas (IFRS para PMEs) alterará a visão de que disponibilizar voluntariamente as demonstrações contábeis desse grupo de empresas é importante para o avanço econômico do País e agrega valor às próprias empresas?”. E responde: “Enquanto o principal usuário dessas informações for o governo (fisco), provavelmente, tal fluxo de informações não ocorrerá a ponto de impactar positivamente a pesquisa



José Francisco Ribeiro

Acácio Pinheiro

em contabilidade financeira com foco nas PMEs brasileiras”.

Dentro desse contexto, Francisco Ribeiro opina que, provavelmente, será preciso avançar na questão do papel social das empresas e na interação delas com a sociedade, relatando sua contribuição social e econômica, com a publicação de suas demonstrações contábeis.

No entanto, o professor da UFPE diz que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, com os impactos culturais daí advindos, certamente estimularão as pesquisas com foco nas PMEs. “Essas pesquisas, por sua vez, poderão alimentar um ambiente de atuação mais sofisticado, em termos de melhor qualidade, formatando um ciclo virtuoso das melhores PMEs em interação com o ambiente onde atuam, fornecendo dados sobre o valor econômico e social que produzem e estimulando o controle social e a fidelidade dos clientes e consumidores”, conclui o coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis da UFPE.





Entrevista Ricardo Cardoso

Por Fabrício Santos

A seguir, confira a entrevista com o contador Ricardo Lopes Cardoso. Desde 2010, Cardoso vem ministrando seminários regionais de IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) – realizados pelo CFC, em várias cidades do País. Pertencente à nova safra de profissionais da Contabilidade, Ricardo fala com clareza desse importante momento da profissão e do papel do CFC nesse processo. Além de contador, Ricardo Lopes é advogado, Mestre em Ciências Contábeis pela FAF-UERJ, Doutor em Ciências Contábeis pela FEA-USP. Professor-adjunto da EBAPE-FGV, professor-adjunto da FAF-UERJ e Bolsista Produtividade CNPq nível 2. Durante o ano de 2010, exerceu o cargo de *Academic Fellow da Education Initiative na IFRS Foundation*.

RBC – Você está ministrando, em vários estados, uma série de seminários regionais promovidos pelo CFC sobre Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), com base nas Resoluções CFC n.ºs 1.255/09 e 1.285/10. Qual a sua avaliação sobre os resultados dos seminários realizados até o momento?

Cardoso - A audiência dos seminários regionais superou todas as expectativas que eu e a equipe do CFC tínhamos. Entre São Paulo, Amazonas e Pernambuco, alcançamos mais de 1.300 contabilistas, além do público que acompanhou os seminários no Rio de Janeiro, Joinville, Palmas e Brasília, que não foram organizados como seminários regionais. Mais importante que o número de participantes é

o interesse por eles demonstrado ao longo dos eventos. Em todos os seminários, o quorum no final do último dia foi praticamente o mesmo da abertura, portanto tivemos pouquíssima evasão e as perguntas foram incontáveis e desafiadoras, demonstrando elevado interesse do público no tema apresentado – IFRS para PMEs. Portanto, minha avaliação é extremamente positiva, o que me deixa bastante otimista quanto à qualidade das demonstrações contábeis que as PMEs brasileiras passarão a elaborar em breve.

RBC – Com base nesses treinamentos que você vem realizando, é possível avaliar, de modo geral, como está o conhecimento dos profissionais contábeis sobre a utilização das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) para PMEs?

Cardoso - O conhecimento de qualquer norma, seja um pronunciamento contábil ou qualquer texto jurídico, demanda a leitura atenta do texto da norma, reflexão

e debate profundo da matéria. É sempre temeroso generalizar, mas tenho a impressão de que muitos contabilistas tomaram conhecimento das Resoluções CFC 1.255 e 1.285 por meio dos seminários realizados em 2010, portanto, não fizeram a leitura prévia da norma (o que não chega a ser um problema, pois era uma “novidade”). Entretanto, pelas perguntas formuladas durante os seminários, percebi que os participantes começaram a compreender o espírito do IFRS para PMEs, e creio que a leitura que fizeram após o seminário foi facilitada pelos debates que tivemos.

RBC – O que você espera em relação aos seminários regionais que serão organizados em 2011?

Cardoso - Acredito que todos os participantes já terão conhecimento do texto das Resoluções CFC 1.255 e 1.285, assim, teremos a oportunidade de debater seu conteúdo. Portanto, os seminários serão caracterizados pela troca de experiências.



Ricardo Lopes Cardoso

Marcus Hermeto



RBC – Qual o objetivo das demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS para PMEs?

Cardoso - As "demonstrações contábeis de uso geral" são preparadas em uma base que seja apropriada a fornecer informações úteis a uma ampla gama de usuários (ex. investidores e credores) que não estão em uma posição para solicitar relatórios adaptados para atender as suas necessidades particulares. Portanto, o objetivo das demonstrações contábeis elaboradas conforme o IFRS para PMEs é informar a todos os interessados sobre a posição e o desempenho financeiro da entidade.

Note que as demonstrações contábeis elaboradas conforme o IFRS para PMEs não são destinadas a atender às necessidades do Fisco nem do sócio-gerente, pois esses usuários têm condições de exigir relatórios adaptados para atender as suas necessidades particulares. Entretanto, fisco e sócios-gerentes podem encontrar informações relevantes nas demonstrações contábeis de uso geral.

RBC – Quais são os principais benefícios que o IFRS para PMEs poderá trazer para as PMEs brasileiras?

Cardoso - Essa pergunta precisa ser respondida em partes. Primeiro, acredita-se que a adoção do IFRS

para PMEs aprimorará a qualidade das demonstrações contábeis de uso geral elaboradas pelas PMEs, e, se todas as entidades, efetivamente, adotarem as normas 1.255 e 1.285, as demonstrações contábeis das PMEs serão comparáveis entre si, inclusive em âmbito internacional. Segundo, as principais fontes de financiamento das PMEs brasileiras são: os sócios (via aporte de capital, retenção de lucros, ou mesmo empréstimos com familiares do sócio-gerente) e o sistema bancário (empréstimos, financiamentos, descontos de duplicatas, arrendamentos financeiros, etc.). Focando exclusivamente no sistema bancário, depende de informações das empresas para avaliar o risco de crédito quanto pior a qualidade das demonstrações contábeis, maior o risco que o banco corre, consequentemente, maior tenderá a ser a taxa de juros cobrada. Portanto, o aprimoramento da qualidade das demonstrações contábeis elaboradas pelas PMEs reduzirá a assimetria informacional entre a entidade e o banco (financiador), o que reduzirá o risco do banco e tenderá a reduzir a taxa de juros que o banco cobra das empresas. Isso significa menor custo de capital para as PMEs.

RBC – Você poderia nos fornecer uma visão global do estágio atual de implantação das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) pelos países?

R: Os IFRS completos começaram a ser generalizadamente adotados a partir de 2001, mas sua adoção foi, significativamente, alavancada em 2005 com a decisão da União Europeia de exigir que as companhias abertas dos países membros adotem os IFRS a partir de então. Entre os países do G20, os IFRS são exigidos ou

permitidos em quase todos os países, enquanto alguns passarão a exigir ou permitir a partir de 2011 (Canadá, Índia e Coreia do Sul) ou 2012 (Argentina, Indonésia, México). Espera-se que Japão e Estados Unidos definam, ainda em 2011 ou 2012, a exigência da adoção dos IFRS pelas empresas nacionais (desses países) em um futuro próximo. Finalmente, a Arábia Saudita não permite a adoção dos IFRS.

Quanto ao IFRS para PMEs, sua adoção já é obrigatória ou permitida (ou se tornará obrigatória nos próximos anos) em mais de 60 países, por exemplo: África do Sul, Argentina, Austrália, Bahamas, Barbados, Belize, Botsuana, Brasil, Camboja, Canadá, Chile, Costa Rica, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Etiópia, Filipinas, Guatemala, Guiana, Hong Kong, Ilhas Fiji, Lesoto, Líbano, Malásia, Maláui, Mauritius, Moldova, Mianmar, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Peru, República Dominicana, Serra Leoa, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Turquia, Uganda, Venezuela e Zimbábue. Países como Reino Unido, Irlanda e demais integrantes da União Europeia estão estudando tornar o IFRS para PMEs obrigatório para as empresas em suas jurisdições.



RBC – E no Brasil, em quais etapas se encontram atualmente os esforços de convergência das normas contábeis ao padrão IFRS, incluindo-se as pequenas e médias empresas (PMEs)?

Cardoso - Sob o ponto de vista regulatório, estamos muito avançados; o CPC e o Ibracon traduziram todos os pronunciamentos emitidos pelo IASB, e o CFC aprovou todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC. As leis ordinárias exigem ou recepcionam plenamente (ou quase plenamente) a adoção de todos os pronunciamentos do CPC convalidados pelo CFC e pela CVM (no caso do IFRS para PMEs, somente pelo CFC). As agência reguladoras setoriais (por exemplo, Bacen, Susep, ANS, Aneel, ANTT) aprovaram diversos pronunciamentos emitidos pelo CPC e exigem sua adoção nas demonstrações contábeis individuais da controladora e/ou exigem a adoção dos IFRSs completos (traduzidos pelo IBRACON) nas demonstrações contábeis consolidadas).

RBC – Quais são os principais desafios com os quais as empresas brasileiras, inclusive as PMEs, estão se deparando no processo de implantação dos IFRS convertidos em Pronunciamentos Contábeis?

Cardoso - Os desafios são vários. Antes de focar a empresa como unidade de análise, ressalto que as instituições de ensino precisam se

atualizar – não basta mais ter uma disciplina chamada Contabilidade Internacional; é necessário que os conteúdos de todas as disciplinas de Contabilidade Financeira (de Básica 1 à Avançada 2, inclusive Auditoria) sejam atualizados. Não basta que as ementas sejam atualizadas, pois os professores e os materiais didáticos precisam ser atualizados. E mais que isso: a metodologia de ensino também precisa ser reformulada. Não basta ensinar os alunos a “registrar os atos e fatos que afetaram o patrimônio da entidade” a partir de um rol de eventos; é necessário ensinar os estudantes a compreender os efeitos que as transações e demais eventos causam no patrimônio e no desempenho das entidades e prepará-los para julgar qual política contábil melhor representa a realidade econômica de tais transações e eventos. Precisamos capacitar os estudantes a avaliar cenários e fazer estimativas.

Dito isso, entendo que as empresas têm os seguintes principais desafios: contratar e/ou capacitar mão de obra habilitada a adotar os IFRS; conscientizar-se quanto à necessidade de se terem dois controles independentes (um contábil e outro fiscal); atualizarem seus sistemas, uma vez que em muitas empresas os sistemas de gestão e de contabilidade financeira são integrados; capacitar a equipe de relação com investidores para explicar aos usuários as principais alterações das políticas contábeis decorrentes da adoção dos IFRS,

afinal, em alguns casos, as diferenças serão extremamente relevantes; e, pela mesma razão, capacitar a equipe do departamento jurídico, pois além do impacto nos dividendos, a adoção dos IFRSs pode acarretar impactos relevantes na participação de lucros aos empregados e em parâmetros de contratos de empréstimos (cláusulas de *covenant*).

RBC – Como você avalia o atual cenário da Contabilidade no contexto mundial?

Cardoso - De forma espetacular. Apesar da crise econômica de 2008 e dos escândalos financeiros divulgados ao longo da última década, a Contabilidade e os contabilistas conquistaram maior e melhor reconhecimento social em todo o mundo, inclusive no Brasil. Isso se reflete na qualidade do ensino e no nível salarial, mas também é acompanhado de maior responsabilidade perante a sociedade. O fato de os dirigentes das principais economias globais e os diretores financeiros e empreendedores das principais empresas multinacionais demandarem a elaboração e adoção de um único conjunto de pronunciamentos contábeis de alta qualidade é um exemplo desse reconhecimento social.

Quanto à posição da Contabilidade brasileira no contexto mundial, também entendo que nunca esteve melhor. Desde 2009, temos um brasileiro no Conselho do IASB, o contador Amaro Luiz de Oliveira

Gomes, e diversos outros contadores brasileiros estão se envolvendo não só no IASB e na IFRS Foundation, mas no IFAC, na UNCTAD, em universidades estrangeiras e em outros fóruns internacionais dedicados à elaboração de pronunciamentos internacionais de contabilidade e auditoria. Além disso, o Brasil receberá, em 2011, técnicos da *IFRS Foundation*, que virão debater as minutas de pronunciamentos contábeis (a começar pelo relativo à contabilização de derivativos – parte do projeto de substituição do IAS 39) e sediará eventos internacionais, como o Encontro Latino Americano de Reguladores, isso tudo, ainda antes de março.

Finalmente, ressalto outro aspecto relacionado ao reconhecimento social e ao momento vivenciado pelo Brasil, mas relacionado à pergunta (atual cenário da contabilidade [brasileira] no contexto mundial): a volta (definitiva) do Exame de Suficiência do CFC é extremamente bem-vinda. Nas jurisdições onde a profissão de contador goza de maior e melhor reputação social, não basta ser Bacharel em Ciências Contábeis para exercer a profissão, mas é necessário obter uma qualificação profissional expedida por uma organização de qualidade reconhecida no merca-



Ricardo Lopes Cardoso

Marcus Hermeto

do. Além da obrigatoriedade do Exame de Suficiência do CFC (cujas inscrições se encerrarão em 11 de fevereiro), as principais organizações britânicas de qualificação profissional em Contabilidade estão interessadas em entrar no mercado brasileiro (para tanto, estão empenhadas em traduzir as questões dos exames para o Português).

RBC - Qual é a sua visão sobre o papel do CFC nesse processo de convergência das normas contábeis ao padrão internacional?

Cardoso – O CFC é um ator-chave nesse processo. A partir do momento em que o CFC se sensibilizou quanto aos benefícios que o Brasil (mercado, empresas e classe contábil) teria com a adoção dos IFRS, o Conselho percebeu a relevância de seu papel e vem exercendo-o de forma brilhante desde então. Fundamento minha resposta pelos seguintes fatos principais (em ordem cronológica):

- O CFC viabilizou a criação e abrigou (juridicamente) o CPC e apoiou o desenvolvimento de suas atividades desde o início.
- O CFC conseguiu sensibilizar

o Congresso Nacional para reconhecer sua competência enquanto órgão normatizador da Contabilidade.

- O CFC está atuando como um facilitador para a realização das iniciativas do lasb no Brasil, principalmente a partir do momento que sr. Amaro Gomes integrou o lasb.
- O CFC percebeu que parcela dos contabilistas não estava adequadamente capacitada para adotar o IFRS para PMEs e não está medindo esforços para viabilizar sua capacitação profissional.
- Mais recentemente, o CFC se sensibilizou quanto à sugestão feita pelo Sir David Tweedie e avocou a responsabilidade de viabilizar a organização dos normatizadores contábeis de cada país da América Latina em um bloco, para que tais países se façam representar perante o lasb como uma região (não mais como países isolados).

Sem dúvida, o papel desempenhado pelo CFC é fundamental para que o caso brasileiro (de adoção dos IFRS) seja considerado como um caso de sucesso e sirva como paradigma para os demais países em desenvolvimento.

